

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





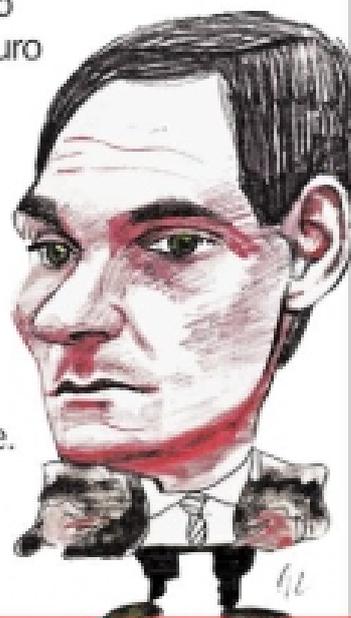
## Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

### Lissauer nega politização da CPI e diz que confia 100% no relator Humberto Aidar

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), nega politização da CPI dos Incentivos Fiscais e afirma que os integrantes da comissão têm atuado de forma irrepreensível. “As ações da CPI estão se desenvolvendo com prudência e equilíbrio, dentro de parâmetros estritamente técnicos, sem qualquer conotação política”, assinalou. Frisa que confia 100% no trabalho do relator da CPI, deputado Humberto Aidar (MDB), que tem experiência de vários mandatos e é muito respeitado pelo conjunto dos deputados. “Tenho certeza que a comissão está sendo bem conduzida e vai atingir os objetivos a que se propôs, apurando os fatos, esclarecendo pontos obscuros e conferindo transparência à concessão dos incentivos fiscais em Goiás”, sublinhou. Ele anota que tem acompanhado de perto a CPI e garante que as investigações se desenrolam de forma técnica, com a colaboração e assessoramento do Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e de auditores do Fisco. “A CPI não traz insegurança jurídica. Ao contrário: até aumenta o ambiente seguro para a empresas na medida em que as regras fiscais ficam mais claras e transparentes”. Lissauer destaca que a Assembleia vive um momento de independência e o compromisso do poder é com a verdade e com os interesses maiores dos goiano. “Estamos cumprindo o nosso papel com muita seriedade e responsabilidade. Respeitamos os demais poderes e os segmentos organizados, mas também exigimos respeito”.





ALEGO

## Schmidt: receitas do Estado cresceram 12%

Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa realizou audiência pública para que a secretária de Economia fizesse prestação de contas do 1º quadrimestre de 2019 do governo Caiado

PORTAL DA ALEGO

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou, ontem, audiência pública, onde a secretária de Estado da Economia, Cristiane Schmidt, fez a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2019 do Governo Caiado. O evento foi conduzido pelo presidente da Comissão, deputado Karlos Cabral (PDT).

Cristiane abriu sua explanação com um panorama do momento econômico vivido atualmente pelo Brasil e por Goiás. Afirmou que a economia brasileira vem crescendo pouco depois da recessão de 2014, frustrando todos os prognósticos a cada ano que se sucedeu. "Provavelmente vamos crescer este ano menos que um por cento. A inflação está baixa, não é o nosso problema. Mas a economia está com números decrescentes. O ambiente político complicado em nível nacional é um problema sério que está reverberando em nível local", salientou.

A secretária ressaltou que o Brasil já começou mal o ano de 2019 por causa do desastre de Brumadinho (MG), que fez o Produto Interno Bruto (PIB) retrair, além de sofrer os efeitos de uma retração na economia mundial. "A previsão de crescimento para este ano é baixa. O mundo crescendo menos afeta o Brasil, que é um país exportador", reiterou.

Com relação a Goiás, Schmidt explicou que assim como outras unidades da federação, o Estado também enfrenta uma grave crise fiscal e deve fechar o ano com um déficit de R\$ 3 bilhões. Segundo ela, a defasagem nas contas faz com que, atualmente, mais de 80% da

receita seja utilizada no pagamento de servidores.

Mesmo assim, segundo ela, o Estado apresentou números positivos no primeiro quadrimestre. "As nossas receitas tiveram incremento de 12%, um número elevado para média brasileira. Outros estados tiveram crescimento entre 1% e 2%", comparou.

A secretária explicou ainda que Goiás, detentor do nono PIB do País, já conseguiu este ano um incremento de 16% em sua arrecadação. "Estamos agindo de todas as maneiras que podemos para melhorar estes índices. Promovemos investimentos em Tecnologia da Informação (TI), buscamos parcerias com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e aumentamos a fiscalização para incrementar nossas receitas", comentou.

Cristiane acrescentou que o governo trabalha para atender os anseios dos goianos. "A sociedade quer políticas públicas que melhorem sua qualidade de vida, como saneamento, por exemplo. Mais de 50% dos goianos não tem esgoto em suas casas atualmente. Isto é muito sério. O Brasil está deixando a desejar em fazer isso. Este é um desafio não apenas para o goiano, mas para todos nós, para toda a sociedade brasileira", enfatizou.

A mesa da audiência foi composta por Karlos Cabral, Cristiane Schmidt, e por servidores da pasta da Economia, como o superintendente Contábil, Ricardo Borges; a subsecretária Selene Peres Nunes; o subsecretário de Planejamento e Orçamento, Eduardo Scarpa; e o diretor-executivo do Instituto Mauro Borges, Cláudio André.



## Enel tem prazo até de um ano para cumprir acordo com goianos

Distribuidora de energia elétrica terá prazo até agosto para cumprir termo de compromisso firmado com o governo de Goiás, com aval do Ministério de Minas e Energia e Aneel; União e Estado vão fiscalizar serviços da companhia em dezembro e agosto de 2020

HELTON LENINE

Um acordo entre o Governo de Goiás e a Enel Distribuição foi assinado segunda-feira (26/08) para tentar melhorar os serviços de distribuição de energia no estado. Segundo o documento formalizado, as medidas previstas (veja abaixo) possibilitarão ampliar em 26% a capacidade da rede de distribuição de eletricidade nos próximos três anos.

A formalização foi feita diante do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque e do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), além de outras autoridades.

Segundo o Governo do Estado, tanto Maia, quanto o ministro Bento Albuquerque, vinham acompanhando em Brasília, a pedido do governador Ronaldo Caiado (DEM), as discussões contra a crise energética em Goiás.

Caiado falou que o acordo firmado prevê que a empresa italiana possa solucionar o quanto antes as falhas no sistema energético, que estaria afastando investidores no es-

tado. "Goiás agora tem a expectativa real de poder atender a demanda reprimida de energia elétrica no estado e logo a seguir, avançar também. Tudo aquilo que foi assinado será implantado dentro daquele prazo e com os investimentos necessários", comentou o governador.

Segundo o Governo de Goiás são várias as reclamações envolvendo a Enel Distribuição, que arrematou a Celg D em um leilão de privatização realizado em 2016.

As falhas no fornecimento de energia elétrica, ainda conforme Caiado, geram uma queixa generalizada "não só dos empresários, mas também de pequenos produtores, comerciantes e do cidadão em geral".

Entre os benefícios citados por Caiado com o acordo estão a geração de empregos. "Esse termo de acordo vai de imediato gerar uma demanda de aproximadamente 1500 eletricitistas, só estou citando um dos elementos que será necessário para a extensão da capacidade [energética]", relatou.



Governador Ronaldo Caiado, Bento Albuquerque, Rodrigo Maia e autoridades em ato de acordo com a Enel

### ACORDO

Até 2020 a companhia promete aumentar em 26% a disponibilidade de energia; fazer mais 20 mil ligações rurais; contratar mais de mil eletricitistas; Construção de 17 novas subestações de energia até 2022; Reforma e ampliação de outras 130 unidades geradoras de eletricidade.

"Já vamos entrar com duas subestações nos próximos três, quatro meses. Uma já em janeiro. Vamos marcar etapas. Quando falamos de 17 subestações vão entrar em 2022, vão entrar passo a passo. Falamos estatisticamente de uma subestação a cada dois meses, mais ou menos", afirmou o diretor da Enel no Bra-

sil, Nicola Cotugno. Ainda segundo ele, a companhia vem investindo cerca de R\$ 800 milhões por ano desde, que assumiu os negócios em Goiás, em 2017.

Tanto o ministro Bento Albuquerque, quanto Rodrigo Maia, falaram da importância do trabalho conjunto. O presidente da Câmara comentou rapidamente sobre a contribuição dos deputados federais para o acordo. Não foram permitidas perguntas dos jornalistas. "Estamos trabalhando com a banca federal, com o governador, junto com a Enel, e Aneel. Um trabalho a quatro mãos levou a esse termo de compromisso. Será o primeiro pas-

so para que Goiás tenha a energia necessária ao seu desenvolvimento", afirmou o ministro.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai fiscalizar o cumprimento do acordo. Se tudo seguir o que foi assinado, o Governo de Goiás entende que o estado poderá crescer já a partir deste ano. "A Aneel está a postos exercendo o seu trabalho e com a força da fiscalização vai acompanhar o cumprimento desse acordo firmado hoje. Foi um ato importante celebrar esse acordo, mas o grande momento será quando a qualidade do serviço tiver restabelecido no seu estado", disse o diretor da Aneel, André Peppone.

### TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, ANEEL, GOVERNO DE GOIÁS E ENEL

*"Termo de Compromisso e Acompanhamento que entre si celebram a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D e o Estado de Goiás, com intervenção do MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME e da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, na forma abaixo:*

1. CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D, com sede na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Goddi, Bairro Jardim Goiás, Goiânia, GO, CEP: 74805-180, inscrita no CNPJ sob o nº 01.543.032/0001-04, por seu representante legal infra-assinado, doravante ENEL GOIÁS; e
2. O ESTADO DE GOIÁS, com endereço na Rua R2, nº 400, Setor Central, CEP: 74003-010, Goiânia - GO, neste ato representado pelo seu Excmo. Sr. Governador RONALDO RAMOS CAIADO e pelo Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação, ADRIANO DA ROCHA LIMA, doravante ESTADO DE GOIÁS; e
3. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP: 70065-900, Brasília - DF, neste ato representado pelo Excmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR, na qualidade de Interventente, doravante denominado MME; e
4. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com endereço na SGAN 603 módulos 1 e 7 - Brasília/DF, CEP: 70830-110, neste ato representado por seu Diretor Infra-assinado, na qualidade de Interventente, doravante denominada ANEEL; e
5. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, com endereço na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 3, Setor Central, Goiânia - GO, CEP: 74003-010, neste ato representado pela Procuradora-Geral do Estado, Dra. JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE, 2ª Tem, entre si, certo e ajustado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A ENEL GOIÁS observará a regulamentação do segmento de distribuição de energia elétrica sobre investimento prudente e cetero condum compromisso assumido perante a Agência

Nacional de Energia Elétrica - Aneel, por meio de um programa de aceleração para o aumento da oferta de energia elétrica aos consumidores, do número de conexões rurais e da compensação reativa no Estado de Goiás, está de acordo em implementar as seguintes medidas cujos detalhes estão elencados no Anexo ao presente Termo:

- Programa Acelerado de Curto Prazo:
- Atendimento de 84% do volume requerido de compensação reativa (Mvar) em Goiás sendo instalado durante os próximos 6 meses, até fevereiro de 2020, representando 407 Mvar;
- Atendimento do volume remanescente até dezembro 2020, nas condições especificadas no Anexo, totalizando (i) acima e (ii) 486 Mvar;
- Instalação de 83 Mvar de compensação reativa adicional em 2021;
- Instalação de 89 Mvar de compensação reativa adicional em 2022;
- Instalação de 48 Mvar de compensação reativa adicional até 2023, atingindo os itens (i), (ii), (iv) e (v) o somatório de 706 Mvar de compensação reativa instalada;
- Expansão anual de capacidade de atendimento à carga de até 80 MVA devido ao incremento de 3,5% na demanda, reduzindo a demanda reprimida em curto prazo de 462 MVA em dez/18 para 362 MVA em dez/19;
- Atendimento de 68% da demanda reprimida até dezembro de 2020, reduzindo para 147 MVA;
- Atendimento de 88% da demanda reprimida até dezembro de 2021, reduzindo para 56 MVA;
- Atendimento de 100% da demanda reprimida até final 2022;
- Conexões rurais:
- Atendimento de 100% do acumulado de conexões finalizado até 2022, reduzindo de 21.300 conexões rurais pendentes em 2019 para 15.600 em 2020 e 6.000 em 2021;
- Aumento no volume de obras de 500 conexões/ano para até 10 mil/ano;
- Os prazos e quantidades mencionados acima podem sofrer variações para menos

ou para mais, em função de circunstâncias alheias ao controle da ENEL GOIÁS ou de outras excludentes de responsabilidade, tais como licenças e autorizações, condições climáticas e outros eventos que caracterizem caso fortuito ou força maior, cuja ocorrência demandar o esforço conjunto de superação por parte da ENEL GOIÁS e do ESTADO DE GOIÁS. Ocorrendo qualquer das hipóteses anteriores, a ENEL GOIÁS informará ao ESTADO DE GOIÁS e aos Intervententes, com a descrição e comprovação do evento, suas consequências e eventuais medidas paliativas visando mitigar atrasos e tentar garantir as datas finais ora comprometidas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O ESTADO DE GOIÁS reconhece que as metas estabelecidas no presente Termo atendem às suas expectativas, quanto ao aumento da oferta de energia e do número de conexões rurais, e se compromete, dentro de suas atribuições e limitações legais, a prestar o apoio e a cooperação necessários ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela ENEL GOIÁS e à execução das medidas elencadas no Anexo.

- Dentre as medidas de apoio e cooperação a serem prestadas pelo ESTADO DE GOIÁS, ficam estabelecidas as seguintes providências essenciais:
- a) Emitir as licenças e autorizações exigíveis, de sua competência, uma vez preenchidos os respectivos requisitos legais pela ENEL GOIÁS, para permitir o atendimento dos prazos conforme o cronograma estimado no Anexo;
- b) Cooperar com a ENEL GOIÁS, até o limite legal, na obtenção de outras licenças e autorizações exigíveis, que não sejam de sua competência, junto às instituições e órgãos correspondentes, para permitir o atendimento dos prazos conforme o cronograma constante no Anexo;
- c) Apoiar a ENEL GOIÁS, até o limite legal, para a outorga do Licenciamento da Linha Carajás 138 kV, para que a mesma seja capaz de disponibilizar 31,5 MVA de demanda para os clientes da região em Goiânia, assim como viabilizar,

junto a instituições e órgãos estaduais, a implantação da referida Linha;

d) Tendo em conta o disposto neste Termo e nas ações dele resultantes, dar ciência à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em âmbito de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, do objetivo e importância da implementação dos compromissos aqui assumidos pela ENEL GOIÁS e do interesse do ESTADO DE GOIÁS nos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A ENEL GOIÁS e o ESTADO DE GOIÁS prestarão, de boa-fé, a cooperação recíproca necessária para a implantação e a execução das ações previstas neste Termo.

- O ESTADO DE GOIÁS e a ENEL GOIÁS estão de acordo com o seguinte:
- Realizar reuniões quinzenais ou mensais de acompanhamento, ou excepcionalmente a qualquer momento quando justificado, referentes a compromissos assumidos entre as partes neste Termo, em especial abrangendo as metas do programa de aceleração e seus impactos na sustentabilidade da concessão. Tais reuniões terão sempre a participação do ESTADO DE GOIÁS e da ENEL GOIÁS, e, sempre que necessário, contarão também com a participação do MME e da Aneel.
- A ENEL GOIÁS deverá enviar quinzenalmente relatório sumário em forma e conteúdo a serem acordados posteriormente.
- Os representantes do ESTADO DE GOIÁS e da ENEL GOIÁS reunir-se-ão para, de modo amigável e de boa-fé, resolver quaisquer questões oriundas deste Termo e buscar soluções que sejam satisfatórias e viáveis a ambas; e
- Definir em conjunto um plano de Comunicação e Relacionamento Institucional junto à sociedade e instituições pertinentes, referentes ao desenvolvimento e resultados do presente Termo. Independentemente do aqui disposto, a ENEL GOIÁS poderá lançar e realizar campanhas publicitárias, inclusive relacionadas ao desenvolvimento e resultados do presente Termo.

#### CLÁUSULA QUARTA

- Comparecer neste ato, como Intervententes, o MME e a Aneel, a quem caberão as seguintes atribuições:
- Prestar apoio institucional ao ESTADO DE GOIÁS e à ENEL GOIÁS para que as ações, metas e demais compromissos assumidos neste Termo possam ser cumpridos;
- Participar, sempre que necessário, das reuniões periódicas de acompanhamento do desenvolvimento dos compromissos assumidos no presente Termo, conforme Cláusula Terceira acima.
- A Aneel, no exercício de suas competências incluindo fiscalização, acompanhar, no que couber, a execução das obras/atendimentos previstos no anexo do presente Termo.

O presente Termo não afasta a aplicação das disposições do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000, e termos aditivos, e nem as da legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA

- O presente Termo vigorará até o cumprimento dos compromissos aqui convenionados.

#### CLÁUSULA SEXTA

- O Ministério de Minas e Energia dará publicidade a este Termo de Compromisso, por meio da publicação de seu Extrato no Diário Oficial da União.
- Comparecer e também assinar este instrumento a Procuradoria Geral do Estado de Goiás, representada por seu Procurador-Geral do Estado, que, na qualidade de assessor jurídico do ESTADO DE GOIÁS, manifesta o seu pleno acordo com os termos aqui convenionados, bem como atesta a validade e eficácia dos compromissos assumidos consonte as cláusulas acima.

E, por estarem certos e ajustados, as Partes, o MME, a Aneel e a Procuradoria Geral do Estado de Goiás, estes na qualidade de Intervententes, assinam o presente Termo em quatro vias de igual teor e efeito, na presença das duas testemunhas também abaixo assinadas.



## MP-GO cria grupo técnico

**MEIA PONTE** Decisão foi tomada em reunião do órgão com representantes de nove municípios que são banhados pelo rio, responsável pelo abastecimento de quase metade dos moradores de Goiânia

Jéssica Torres  
jessica.torres@opopular.com.br

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) definiu ontem com prefeitos de nove municípios situados no alto da baía do Rio Meia Ponte a criação de um grupo técnico para debater as medidas em relação à distribuição de água da baía. A decisão foi tomada em reunião na sede do órgão, em Goiânia, realizada para esclarecer a ação apresentada à Justiça que solicitou a suspensão das outorgas de uso de recursos hídricos do rio para atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de lazer.

Representantes das prefeituras de Inhumas, Itauçu, Goiânia, Damolândia, Nova Veneza, Santo Antônio, Nerópolis e Ouro Verde manifestaram preocupação a ação do MP protocolado na última segunda-feira (2). O coordenador da Área de Meio Ambiente e Consumidor do CAO, Delson Leone Júnior, esclareceu que a decisão foi tomada seguindo um decreto do dia 30 de abril, do Governador de Goiás, Ronaldo Calado. "Cabe a nós cumprir a legislação". A prioridade da água para o consumo humano e a dessedentação de animais em situações de escassez também é prevista na lei federal nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997.

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Maria Ferreira Bueno, enfatizou que o documento foi entregue expondo que havia interesse em uma



Wildes Barbosa

Representantes do MP-GO e de cidades situadas acima da captação buscam soluções para o impasse

conclinação. "Estamos abertos a contribuir quanto à ação que está em andamento e existe um momento do processo que ainda permite uma negociação".

Apesar de não haver uma data definida, ela garante que aguarda a audiência, na qual será possível a discussão e apresentação de dados sobre a vazão de água da baía. "A população corre risco de desabastecimento de água na capital", alertou a subprocuradora. O promotor Delson Leone acrescentou que foi uma das decisões mais difíceis

de serem tomadas, "mas todo ano nós vivemos a mesma dificuldade, a mesma situação e não vemos luz no fim do túnel", lamentou.

### DISCORDÂNCIA

Durante o debate, a analista técnica do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (IFAG), Jordana Sara, filiada à Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeq) criticou a solução adotada para o atual momento. Como representante também do Comitê da Ba-

ía Hidrográfica do Rio Meia Ponte, Jordana apontou as consequências da suspensão. "Mais de 500 famílias da agricultura familiar dependem dessa água para irrigar suas plantações e se sustentarem", exemplificou.

Também foi apontado que 26% da produção da Central de Abastecimento do Estado de Goiás (Ceasa-GO) é oriunda desses produtores rurais. "Se suspenderem a irrigação dessas pessoas isso vai gerar um aumento grande no valor dos alimentos e até mesmo faltar alguns", afirmou.



*“Todo ano nós vivemos a mesma dificuldade, a mesma situação e não vemos luz no fim do túnel”*

Delson Leone,  
coordenador de Centro de Apoio Operacional (CAO) do Meio Ambiente do MP

A analista diz ainda que não era necessária a ação porque o comitê já havia conseguido melhorias. "Conseguimos orientar os produtores e mudanças foram tomadas. Primeiro mudamos a irrigação somente para a noite, depois cortamos pela metade a outorga dos produtores e estava gerando resultado", avaliou. Segundo ela, como prova disso, a situação nos últimos 20 dias no Rio estava se mantendo mais "estável", no qual se manteve com uma vazão de 2.670 litros por segundo.

Já o presidente da Agência de Regulação de Goiás (ARG), Paulo César Pereira, discordou dos representantes do Interior do Estado, que acreditam que a situação esteja controlada. "De uma hora para outra, como já vimos em anos anteriores, o rio pode secar. Precisamos de providências imediatas como essa porque corremos sérios riscos", afirmou.

## Órgão e Semad divergem sobre situação hídrica

O Ministério Público de Goiás e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) entraram em divergência sobre a situação hídrica no alto da Baía do Rio Meia Ponte. Para o órgão ambiental do Estado, os dados da Saneago não demonstram caráter de preocupação.

Em nota, a assessoria da Semad relata que "o nível da vazão do Rio continua estabilizado". O texto também aponta que o ór-

gão foi surpreendido com a ação civil pública junto na Justiça de Goiás, solicitando a suspensão das outorgas da baía, "sem qualquer razoabilidade ou embasamento técnico para tal."

Já a subprocuradora-geral de Justiça, Laura Maria Ferreira Bueno, destaca que a Semad já participou de reuniões com o MP e que foi avisado com antecedência da possibilidade da ação, e que existem estatísticas apresentando risco de desaba-

stecimento de água em Goiânia. De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da capital é de cerca de 1,5 milhão de habitantes em 2018, sendo que cerca da metade do município é abastecida pelo Rio Meia Ponte.

Para evitar uma crise, a subprocuradora afirmou que irão intensificar diálogo e fiscalização, e pede a todos goianos uso consciente da água.

## Massa de ar quente atua em Goiás e capital tem o dia mais quente do ano

Uma massa de ar quente e seco que tem predominado na Região Centro-Oeste estacionou sobre Goiás. Em consequência disto, ontem foi o dia mais quente do ano em Goiânia. Os termômetros marcaram 37,5°C, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). A última vez que a temperatura subiu tanto em setembro foi em 2016, com o registro de 38,2°C. Ontem foi o segundo dia mais seco de 2019, com 12% de umidade relativa do ar. Ficou atrás apenas da última segunda-feira (2): 11%.

Esse combo desagradável deve permanecer por pelo menos mais dez dias. "É um padrão comum dessa época do ano, em agosto, principalmente em setembro. É nesse mês que, geralmente, se registra a temperatura mais elevada do ano. Há uma pequena possibilidade de trégua apenas na segunda quinzena de setembro. Por enquanto, a tendência é continuar com dias secos e quentes", informou a meteorologista colaboradora do Inmet Naiane Araújo. (Pedro Nunes)



## Oposição fala em ir à Justiça contra PEC da Educação

**ASSEMBLEIA** Deputados apontam vícios na tramitação de proposta que inclui UEG em vinculação da Educação; líder do governo refuta

**Marcos Nunes Carreiro**  
marcos.carreiro@opopular.com.br

Em dia marcado por bate-bocas e discussões sobre o regimento Interno, a base do governo na Assembleia Legislativa não conseguiu avançar com a votação da emenda à Constituição que reduz a vinculação da Educação de 27% para 25% e deve contornando dificuldades em relação à proposta. Além de apontar vícios na tramitação, deputados de oposição dizem que irão à Justiça, caso projeto seja aprovado.

Isso ocorre porque, após Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estava originalmente para ser retirada de tramitação por falta de assinaturas, o líder do governo Bruno Peixoto (MDB) apresentou a emenda em outra PEC, de autoria de Vinícius Cirqueira (PROS), e que trata de imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

O projeto foi colocado em pauta em sessão extraordinária da CCI, apesar de pedido de vista feito pela deputada Leda Borges (PSDB) no dia anterior. Pelo regimento, a tucana tem 24 horas para devolver a matéria, contando apenas sessões ordinárias e a comissão só se reúne às ter-

ças e quintas-feiras. A proposta só foi retirada de pauta após entendimento da procuradoria da Casa de que a discussão não poderia ocorrer.

Outro questionamento feito em relação à proposta diz respeito ao teor do projeto em que a proposta foi emendada. Por se tratarem de assuntos diferentes, deputados entendem que a emenda pode ser considerada "jabuti" e é, portanto, ilegal - apesar de emendas desse tipo serem prática comum na Assembleia.

Ao POPULAR, Henrique diz que, além disso, o regimento prevê que PECs só podem emendadas durante as dez sessões que obrigatoriamente são contadas antes que o texto comece a tramitar. "A fase de emendas é nas dez sessões ordinárias depois que é apresentada. Então, em meu entendimento, ela foi emendada de forma errada e vamos entrar na Justiça para impedir. Era mais justo e correto que o governo mandasse uma PEC própria para tratar desse assunto."

Questionado a esse respeito, Bruno Peixoto diz que não vê vícios na tramitação da proposta. "Estou apresentando uma emenda em uma PEC de forma prevista regimentalmente. Tanto que



Líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), conversa com colegas durante sessão de ontem na Assembleia

a procuradoria se manifestou de forma favorável."

### BATE-BOCA

Diante das discussões sobre a PEC da Educação, tanto a sessão em plenário quanto a sessão extraordinária da CCI foram marcadas por bate-bocas. Em plenário, a sessão foi encerrada logo após troca de ofensas pessoais entre Bruno Peixoto e o deputado de oposição Cláudio Melrelles (PTC). Este foi o responsável por apontar, na terça-feira (3), que a PEC apresentada pelo líder do governo não tinha todas as assinaturas necessárias.

Já na CCI, a troca de ofensas foi protagonizada pelo deputado Paulo Trabalho (PSL) e por representantes do SIntego que protestavam contra o projeto. O parlamentar insinuou que as manifestações só se ocorriam porque o nome da presidente Bia de Lima não foi aprovado para o Conselho Estadual de Educação - foi rejeitado pela Assembleia em abril -, o que gerou reações.

Nos dois casos, o presidente Lissauer Vieira precisou intervir para acalmar os ânimos.

## Bruno Peixoto defende mudança no regimento em prol de vice-liderança

O líder do governo na Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (MDB), diz que irá apresentar proposta de mudança no regimento interno para que seja criada a função de vice-líder. Como mostrou o POPULAR ontem, o presidente Lissauer Vieira (PSB) emitiu um ofício em que comunica ao governador Ronaldo Caiado (DEM) que não confirmará o deputado estadual Zé Carapó (DC) como vice-líder do governo na Casa. Bruno defende que isso seja feito tão logo termine a tramitação dos projetos de interesse do governo na Casa. "Ele (Zé Carapó, DC) tem auxiliado nos trabalhos e, no momento oportuno, vamos inserir (no regimento interno da Casa) para dar totais poderes ao vice-líder na ausência do líder." Carapó foi indicado por Caiado para a função no início do mês, atendendo a pedido do próprio

Bruno, que tinha a expectativa de que um vice-líder conseguisse exercer as mesmas prerrogativas do líder, que tem, por exemplo, a última palavra na tramitação de projetos nas comissões Mista e de Constituição e Justiça (CCJ). O argumento do emedebista, que passa por problemas de ordem pessoal e, assim, pode ter que faltar algumas sessões, é o de que é necessário que alguém assuma suas funções na liderança nos dias em que ele precise se ausentar. Porém, como aponta o presidente Lissauer Vieira, a função não é prevista pelo regimento, o que impede o seu reconhecimento formal. "Reconhecemos o Zé Carapó, que tem feito um trabalho de auxílio ao líder, mas regimentalmente ele não tem prerrogativas, a não ser que seja mudado o regimento." (Bruna Aida e Marcos Nunes Carreiro)

## É preciso rever o tamanho da folha, diz secretária

Wílides Barbosa

Durante prestação de contas do primeiro quadrimestre à Assembleia Legislativa ontem, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, afirmou que Goiás aumentou suas receitas em aproximadamente 16% de janeiro a junho deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018. O discurso, porém, segue sendo o de ajuste nas contas, sobretudo relacionado à folha de pessoal.

Ela cita tanto a necessidade de se fazer a reforma da Previdência, que tem aumento de déficit contínuo ano a ano, quanto em políticas voltadas para os servidores da ativa. "Nossa folha cresce naturalmente, sem a gente fazer absolutamente nada, 4% ao ano. Se nós resolvéssemos passar leis aqui, tirando quinquênio, por exemplo, equiparando ao governo federal, não vamos reduzir a folha, vamos crescer a

uma taxa menor: a 2%, 2,5% ao ano. Então, o grande desafio é tentar ter receitas que sobrepasssem esse incremento de despesas", relata.

Para ela, portanto, ajustes são inevitáveis. "É impossível fazer política pública, investimentos, com um gasto de folha do nosso nível, de mais de 80%; se colocamos dívidas e precatórios, vai para 97%. Com as vinculações federais (25% para Educação e 12% para Saúde), já ultrapassamos a receita líquida do Tesouro (Estadual). Se temos um gasto excessivo com pessoal, como vamos fazer política pública?", questiona.

Cristiane ainda cita a redução dos investimentos no Estado. Como mostrou o POPULAR nesta semana, com base em levantamento feito pelo jornal Valor Econômico, Goiás foi o segundo Estado que mais reduziu investimentos públicos



Cristiane Schmidt, secretária de Economia: gasto excessivo com pessoal

entre janeiro e junho deste ano, com uma queda de 89,52% em comparação com o mesmo período de 2015. "Os investimentos foram reduzidos em mais de 80%. Por que? Por-

que não tem dinheiro. Não se inventa dinheiro."

Questionada, contudo, que tipo de ajuste poderia ser feito em relação à folha de pessoal, Cristiane diz apenas que propos-

tas estão em estudo. "O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) tem algumas determinações que precisamos estudar. Chegará o momento de fazermos essa abordagem mais técnica."

### RRF

A respeito da entrada do Estado no RRF ou no Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), muito falados pelo governo desde o início do ano, a secretária diz que não há definição, apesar de Goiás ter conseguido liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o pagamento de dívidas com o aval da União até a entrada no RRF. "Isso precisa ser feito com muito cuidado. Os benefícios de entrar no RRF são a suspensão da dívida e contrair empréstimos para fazer ajustes. Já no PEF, não há suspensão de dívida e o dinheiro a contrair é em parcelas anuais. Então, é preciso estudar."